

# **OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

## **INFORME BRASIL Nº 122**

Período: de 01/05/04 a 07/05/04

*Franca – Brasil*

- 1-Aumento do número de recrutas suscita debates
- 2-Falta de segurança na costa preocupa Marinha
- 3- Brasil deve enviar 1.200 homens ao Haiti
- 4- A polêmica em torno do sigilo das comunicações dos militares
- 5-Estado do Rio e ministérios discutem atuação do Exército contra o crime
- 6-Instrumentos legais para atuação do Exército são discutidos
- 7-Projeto muda julgamento de militares
- 8-Desvio de armamento das Forças Armadas
- 9- Exército ajuda a desmontar alojamento de garimpeiros
- 10- FAB pretende trocar turbinas do avião presidencial
- 11- *O Estado de S. Paulo* aponta o estremecimento da relação de Viegas com os militares
- 12- Coluna de *O Globo* debate atuação das Forças Armadas em atribuições estatais

### Aumento do número de recrutas suscita debates

O *Jornal do Brasil* comentou o plano do governo federal de aumentar o número de jovens alistados no serviço militar como forma de combate ao desemprego. O jornal esclareceu que a idéia do governo é aproveitar os quartéis para treinar em cursos profissionalizantes 100 mil alistados a serem selecionados nas faixas de renda mais baixa e afirmou que o Exército tem uma longa tradição de servir como porta de entrada de jovens pobres na sociedade. Devido a problemas com o orçamento, o governo brasileiro cortou em 2002 44 mil recrutas dos 52 mil alistados. O ministro da Defesa José Viegas Filho escreveu em coluna do *Jornal do Brasil* que os casos de desvios de conduta de membros das Forças Armadas ocorrem em percentuais baixíssimos e que não comprometem o elevado papel social que as Forças Armadas desempenham. O ministro argumentou que todos os anos são incorporados cerca de 70 mil militares temporários e é comum que em organizações robustas surjam desvios de conduta isolados. Desta forma, afirma, não procede a crítica de que o aumento do número de recrutas em 30 mil homens elevaria o número de soldados comprometidos com o crime. Viegas também alegou que incorporar um número maior de soldados é dar uma formação profissional e cívica a um número maior de indivíduos. Paralelamente, explicou, será promovida a capacitação profissional de voluntários carentes que não estejam prestando serviço militar através do Projeto Soldado Cidadão, destinado à formação cívica e profissional dos jovens que não possuem qualificação profissional. Por fim, o ministro da Defesa enfatizou o sucesso do piloto do projeto. (O Globo – Opinião – 01/05/04).

### Falta de segurança na costa preocupa Marinha

Segundo *O Estado de S. Paulo*, a Marinha encaminhou na última semana uma proposta à Casa Civil para fortalecer a segurança da fronteira marítima brasileira, a chamada “Amazônia Azul”. O projeto esclarece que deve haver uma ofensiva do governo para que num futuro próximo o país faça valer todos os seus direitos no mar. O Almirante Roberto Carvalho afirmou que o Brasil ainda não se conscientizou da importância da Amazônia Azul. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/05/04*).

### Brasil deve enviar 1.200 homens ao Haiti

De acordo com *O Estado*, Lula encaminhou na semana passada ao Congresso a proposta de envio de 1.200 homens ao Haiti – mil do Exército e 200 fuzileiros navais – para comandar a força de paz das Nações Unidas no país. Ao todo, a missão deve contar com 6.700 soldados e 1622 policiais. A proposta requisita R\$ 140 milhões para a operação e prevê a atuação das tropas brasileiras por seis meses, prorrogáveis para mais seis meses a partir do dia 1º de junho. (*O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/05/04*).

### A polêmica em torno do sigilo das comunicações dos militares

De acordo com *O Globo*, o governo brasileiro deve ser beneficiado com poder de veto na Star One, subsidiária da Embratel. A Embratel, que controla a comunicação militar no país, deve ser passada da empresa norte-americana MCI para a mexicana Telmex. O fato provocou discussões sobre a manutenção do sigilo dos dados das Forças Armadas. Ainda sobre a questão do sigilo das informações, *O Estado de S. Paulo* divulgou uma nota explicando os motivos da polêmica e afirmando que as informações continuaram seguramente em sigilo após a privatização da Embratel. De acordo com o jornal, as comunicações militares desde o início dos anos 90 são feitas pelos satélites Brasilsat de segunda geração da Embratel, hoje operacionalizadas pela subsidiária Star One. Esses satélites de segunda geração, designados pelos prefixos B1 a B4 dispõem de um transponder de frequência especial, a chamada Banda X, destinada às comunicações militares. Nas cláusulas do contrato das Forças Armadas com a Embratel, há o comprometimento da última em garantir o sigilo total das comunicações que são operadas diretamente pelas Forças Armadas nas estações terrestres. O jornal defende que o fato de surgir após seis anos da privatização da Embratel, a preocupação com a segurança das comunicações militares, chegando até a se mencionar a criação de uma empresa estatal para supervisionar a operação dos satélites pela Star One, está relacionado à necessidade de se criarem cargos para “premiar amigos do poder com empregos bem remunerados em momentos politicamente estratégicos”. Estes funcionários seriam pagos pela Embratel ou pela Star One, no entanto, segundo o jornal, sem necessidade, uma vez que não existe risco para o sigilo das informações. (*O Estado de S. Paulo - Notas e Informações – 03/05/04; O Globo – Rio – 02/05/04*).

### Estado do Rio e ministérios discutem atuação do Exército contra o crime

Nesta semana, os jornais acompanharam as decisões do governo federal quanto à atuação das Forças Armadas no combate ao crime no Rio de Janeiro. De acordo com *O Globo*, um plano de ajuda militar ao estado foi preparado pelos ministérios da Justiça e da Defesa. Segundo o jornal, a governadora do estado do Rio de Janeiro, Rosinha Matheus, solicitou ao governo que o modelo estabelecido para a atuação das Forças Armadas fosse semelhante ao do convênio firmado com o estado durante o carnaval de 2003. A governadora enfatizou que os militares atuarão no combate à violência apenas durante o período em que um contingente maior de policiais é treinado. Uma coluna de *O Globo* alegou que a participação militar deveria estar restrita ao patrulhamento de fronteiras para impedir o contrabando, e também ao fornecimento de dados de inteligência às polícias, além de manter seguros os arsenais militares. Na última quinta-feira (06), o chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, adicionou ainda que caberia ao Exército o cerco e eventual ocupação e varredura das favelas após conflitos, atuando assim apenas para minimizar o problema, e não solucioná-lo definitivamente. Uma reunião prevista para segunda-feira (10) deverá definir de maneira definitiva sobre a atuação dos militares no Rio. Estarão presentes o ministro Viegas, o ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e a governadora Matheus. O ministro da Defesa declarou que “em toda e qualquer operação do Exército e da polícia, o Exército terá o controle operacional” e que esta condição já foi aceita pelo governo do Rio de Janeiro. A operação militar no Rio de Janeiro já estava sendo preparada sigilosamente havia meses, e a inteligência do Exército teria atuado inclusive para levantar os quadros confiáveis da polícia do estado, segundo a *Folha*. Durante a semana, chegou-se a cogitar a participação da Brigada de Operações Especiais do Exército. Esta brigada, ativada em janeiro de 2004, está alocada em Goiás e tem condições de deslocar todos os seus destacamentos para qualquer lugar do país em no máximo seis horas. As tropas recebem treinamento anti-terrorismo, de resgate a reféns, combate da guerrilha, desativação de explosivo, entre outras atividades, e segundo o Comandante do Exército, Gal. Albuquerque, está apta a intervir sobre a questão do crime no Rio de Janeiro. Segundo informações de *O Estado de S. Paulo*, o desvio de tropas especiais ou de elite dependerá dos gastos a serem despendidos, que orbitam na faixa de R\$ 10 milhões. O contingente inicial demandado pelo governo do estado era de 4.000 homens, e apesar da discrepância de informações fornecidas, os jornais em geral apontam para a participação de 1.500 oficiais aproximadamente. (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 01/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 02/05/04; Jornal do Brasil – Rio – 03/05/04; Jornal do Brasil – Cidade - 05/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 06/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/05/04; O Globo – Economia – 05/05/04; O Globo – Rio – 01/05/04; O Globo – Rio – 06/05/04).

### Instrumentos legais para a atuação do Exército são discutidos

O subsecretário de Inteligência da Secretaria de Segurança do Rio, coronel do Exército Romeu Ferreira, defendeu a presença de tropas federais no estado, mas alegou ser necessária uma reformulação na área de inteligência do Exército, que ele qualificou como inerte. Já o diretor do Núcleo em Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, Ronaldo Leão, disse que segurança pública e segurança nacional são por demais diferentes e que os homens recebem treinamentos diversos. Maria Ester Henriques Tavares, procuradora-geral da Justiça Militar, garantiu que o envio de tropas ao Rio de Janeiro só será considerado constitucional caso seja proposta a intervenção, o estado de defesa ou o estado de sítio, conforme prevê a Constituição. João Arruda, promotor da Justiça Militar, explicou que o artigo 144 da Constituição determina que a segurança pública deve ser exercida pelas corporações policiais, e acrescentou que o envio de tropas será feito após esgotados os instrumentos usados para preservar a ordem pública. Esta seria uma situação normal, prevista na Constituição, e não deveria ser tomada como perda de poder do governo do Estado, mas como uma obrigação, definida em lei, de a esfera federal preservar a segurança nos Estados. Em nota divulgada à imprensa, o Ministério Público militar demonstrou-se descrente quanto à eficiência e à preparação do Exército para a tarefa. Esta será a sétima vez que as Forças Armadas atuarão no Rio de Janeiro. O *Globo* assegurou que em 2003, por ocasião da última intervenção militar, os índices de violência não se alteraram. Uma reportagem do *Jornal do Brasil* noticiou que haverá participação de quadros militares em operações de resgate de armamentos das quadrilhas organizadas. Segundo a *Folha de S. Paulo*, um projeto de lei que confere às Forças Armadas atribuições de polícia em regiões de fronteira está em trâmite em regime de urgência no Senado com o apoio do ministério da Defesa. O relator do projeto, Marcelo Crivella, do Partido Liberal, não descarta a possibilidade de que se edite uma medida provisória para sua implementação. Ele acredita que a proposta faz com que as Forças Armadas ajudem na segurança interna sem, contudo, agir em áreas urbanas. Devido ao caráter de urgência, o projeto não terá que passar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Vários militares que participaram da Operação Rio em 1994 ainda estão respondendo por processo na Justiça por abuso de autoridade. Em virtude de problemas como este, surgiu o projeto do senador César Borges, do Partido da Frente Liberal (PFL), que ampliaria as atribuições das Forças Armadas, que também se encontra em trâmite no Congresso. Segundo O *Globo*, Os militares estão contando com o apoio da sociedade através da transmissão de informações ao Disque-Denúncia. Segundo uma fonte do alto escalão do Exército, os militares não confiariam na polícia e, por conta disso, já teriam infiltrado seu pessoal em alguns morros do Rio para planejar a entrada das tropas, caso haja a aprovação vinda de Brasília. (Folha de S. Paulo – Mundo – 02/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 06/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 01/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 02/05/04; Jornal do Brasil – Rio – 03/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 05/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 06/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/05/04; O Globo – Economia – 05/05/04; O Globo – Rio – 01/05/04; O Globo – Rio – 06/05/04; O Globo – Rio – 07/05/04).

### Projeto muda julgamento de militares

As tropas federais que forem enviadas ao Rio de Janeiro podem ser julgadas por crime de guerra caso entrem em conflito com traficantes. Uma emenda à Constituição Federal, que tramita no Senado, e uma proposta do próprio governo federal para a reforma do Judiciário propõem que o Brasil se submeta à sanção do Tribunal Penal Internacional (TPI). As mudanças indicadas para o Código Penal Militar farão com que sejam considerados crimes de guerra, inclusive, os confrontos por ocasião de "graves perturbações da ordem interna em que haja emprego duradouro de forças militares" - situação em que estarão enquadrados oficiais e praças. A emenda que tramita no Senado já foi aprovada pela Câmara Federal e cria, no artigo 109 da Constituição, o parágrafo 6º, determinando que "o Brasil se submete à jurisdição do TPI, a cuja criação tenha manifestado adesão". A equipe responsável pela criação do anteprojeto foi instituída pela Portaria Nº 1.036, de 2001, para definir crimes considerados de genocídio, contra a humanidade e de guerra. O artigo 10 do anteprojeto determina que responderá por responsabilidade penal e pelos crimes previstos na lei "o comandante militar ou a pessoa que atue efetivamente como comandante militar, pelos crimes cometidos por agentes sob o seu comando e controle efetivo". O promotor da Justiça Militar João Arruda, integrante do Centro de Estudos de Direito Militar, afirma que a aprovação da emenda no Senado e a colocação em prática da proposta do governo não se restringirá ao julgamento das atrocidades cometidas contra pessoas em caso de guerra, incluindo também os crimes contra o patrimônio da humanidade. (Jornal do Brasil – Cidades – 03/05/04).

### Desvio de armamento das Forças Armadas

O jornal *O Globo* informou que o grupo de trabalho do Ministério Público Militar criado o ano passado para investigar desvios de armas dos quartéis do Rio de Janeiro passará a ser permanente. O jornal notificou que a procuradora-geral da Justiça Militar Maria Ester Henriques Tavares anunciou que o grupo deu início às investigações do desaparecimento de granadas e minas terrestres de quartéis. Maria Ester declarou que num primeiro relatório emitido pelo grupo foram identificadas as principais falhas na vigilância dos arsenais e constatou-se a infiltração do tráfico de drogas nas Forças Armadas. Ainda de acordo com *O Globo*, documentos confidenciais da inteligência militar apontam os arsenais militares como a fonte principal de granadas desviadas para bandidos no Rio de Janeiro. O jornal informou que um rastreamento realizado no estoque de 35 mil armas de guerra apreendidas na Divisão de Fiscalização de Armas e Explosivos (Dfae) em 2003 revelou que dez mil itens haviam sido desviados dos quartéis das polícias militares e das Forças Armadas desde 1996 e indicou que os traficantes roubam armamentos cada vez mais destrutivos. A polícia tem indícios para acreditar que o autor dos furtos vende o material para o grupo que oferece a melhor remuneração e não para um único bando. Na semana em o desvio de armamentos militares foi amplamente noticiado pela mídia, *O Globo* noticiou a apreensão de armas de uso exclusivo das Forças Armadas com o major reformado do Exército José Felipe dos Santos, fundador da União Democrática

Ruralista (UDR) no estado de Goiás. Uma outra reportagem do jornal afirmou que até a presidência é alvo do sumiço de armas, uma vez que pistolas encomendadas pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência desapareceram no ano passado. Sobre a invasão ao Depósito da Aeronáutica na madrugada de segunda-feira (03), a *Folha* noticiou que dois dos cinco guardas que foram rendidos podem estar envolvidos no roubo, bem como um ex-militar que serviu na unidade até o ano passado e já vinha sendo investigado. Na ocasião, foram roubados da unidade 22 fuzis HK-33, uma pistola calibre 9 milímetros com 15 cartuchos, quatro carregadores e uma Kombi. A suspeita surgiu porque os dois foram os únicos que não foram amarrados pelos invasores. Segundo o promotor do Ministério Público Militar Aílton José da Silva, todos os casos de roubo de armamentos de quartéis contam com a participação de militares e ex-militares. Pela primeira vez a Aeronáutica admitiu oficialmente ter comprado os lotes dos quais faziam parte as 161 granadas apreendidas pela polícia a cerca de duas semanas. O *Globo* apontou que as Forças Armadas vêm há dois anos reclamando ao Ministério da Defesa por maior segurança e que em março de 2002 o Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIE) distribuiu aos comandos militares um relatório confidencial mostrando preocupação com o ataque dos bandidos (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 04/05/04; Folha de S. Paulo – Cotidiano – 05/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 02/05/04; Jornal do Brasil – Cidade – 04/05/04; O Estado de S. Paulo – Cidades – 04/05/04; O Globo – O País – 02/05/04; O Globo – Rio – 02/05/04; O Globo – Rio – 04/05/04; O Globo – Rio – 05/05/04).

#### Exército ajuda a desmontar alojamento de garimpeiros

Por volta de dez militares colaboraram com a Polícia Federal na destruição de alojamentos montados por garimpeiros em uma reserva indígena situada na divisa do Pará com o Mato Grosso. Os garimpeiros haviam ocupado a área em busca de ouro. Um helicóptero do Exército foi utilizado para acessar o local. (Folha de S. Paulo – Brasil – 06/05/04).

#### FAB pretende trocar turbinas do avião presidencial

Segundo O *Globo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) pretende trocar as turbinas de três Boeings 707, inclusive do atual avião presidencial, após a chegada de seu substituto. A manutenção de cada veículo deve custar US\$ 12 milhões. (O Globo – Rio – 06/05/04).

#### O Estado de S. Paulo aponta o estremecimento da relação de Viegas com os militares

Conforme mostrado por O *Estado de S. Paulo*, os comandos militares têm mostrado insatisfação com a condução da Defesa pelo seu ministro José Viegas Filho, entre outros motivos, pela assinatura de um contrato com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) no valor de R\$ 1,28 milhão. Este contrato teria sido

assinado sem licitação com o fim de pôr em prática o projeto de “reengenharia do processo de gestão das Forças Armadas”, o qual é coordenado por Antônio Bogado e considerado pelos militares um “estudo para reinvenção da roda”. De acordo com os militares, Bogado é considerado o segundo homem da Defesa. Os militares argumentam que os 87,04% do valor acima mencionado que já foram pagos à fundação contratada deveriam ser usados em projetos sociais como o que prevê a ampliação para seis estados da Amazônia dos serviços prestados a famílias carentes pelo Correio Aéreo Nacional. O Ministério da Defesa defende a contratação da FGV pela competência da entidade e por ser uma organização destituída de fins lucrativos. Ademais, segundo o ministério, este projeto de reengenharia da função administrativa das Forças Armadas promete alcançar maior eficiência no enfrentamento da escassez de recursos, além da racionalização de custos nas atividades e da otimização dos resultados. Também é defendido que este projeto já definiu novas visões e objetivos gerais que foram transformados em outros de caráter mais específico distribuídos pela estrutura da secretaria do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. O líder do Partido da Frente Liberal (PFL) no senado, José Agripino, pedirá à Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional do Senado que convoque o ministro da Defesa, José Viegas, para explicar o contrato. O líder do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Arthur Virgílio, pedirá à Comissão de Ética Pública do governo federal que esclareça a possibilidade de “conflitos de interesses” na assinatura do contrato. Além disto, o senador Eduardo Suplicy lembrou que já havia a intenção de convidar Viegas para tratar da questão do envio de tropas ao Haiti pelo Brasil. A audiência será na quarta-feira (12) e juntará ambos os pedidos do senado. O ministro da Defesa, José Viegas, falou sobre o comportamento das Forças Armadas no que tange ao contrato assinado com a FGV e afirma que tal atitude já seria esperada, uma vez que os militares costumam reagir mal às mudanças. Estas reações, no entanto, representam comportamentos isolados, diz o ministro. Por outro lado, os militares consideram que o ministro toma decisões contrárias aos interesses da tropa, agindo, muitas vezes, sem consultá-la. A insatisfação castrense com Viegas se tornou aguda quando este declarou não estar ciente da questão dos baixos soldos militares. Sobre esta mesma questão, os comandantes sentiram sua autoridade superada quando o ministro decidiu receber famílias dos militares que reivindicavam por melhores salários. Outro ponto que fomentou a revolta foi a neutralidade do ministro na questão da homologação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, já que os militares queriam uma posição mais definida por parte de Viegas, uma vez que para eles a fronteira com três países está ameaçada. No entanto, o ministro se mostrou omissivo na disputa do assunto com a Ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva e com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Por fim, há o desconforto relacionado ao comportamento da esposa do ministro, Érika Viegas, presente em todas as reuniões e viagens, inclusive nas restritas aos oficiais. (O Estado de S.Paulo – Nacional – 03/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/05/04; O Estado de S. Paulo – Nacional - 07/05/04).

### Coluna debate atuação das Forças Armadas em atribuições estatais

A participação das Forças Armadas no combate ao crime organizado no Rio de Janeiro foi debatida em coluna opinativa do jornal *O Globo*. Segundo a coluna, as intervenções militares, por sua própria natureza, são de caráter emergencial e por tempo limitado, supostamente para que as autoridades reassumam o controle permanente da situação. Portanto, as Forças Armadas acabam exercendo o papel, pertencente ao Estado, de gerar no cidadão a sensação de que existe segurança pública. Dessa forma, a coluna aponta que, após a retirada das Forças e estabilização do cenário, as mesmas autoridades incapazes de lidar com este e outros tantos problemas assumirão novamente o controle da situação, sem que estruturalmente nada se altere. A coluna ainda observa as condições e a real eficiência do mais novo projeto governamental proposto aos militares: o Soldado-cidadão, cujo objetivo é aumentar o número de recrutas, evitando a adesão dos jovens ao tráfico e a violência, tornando-os “bons” cidadãos. Em tese, os militares aprovaram a idéia, apesar de não saberem se terão meios, materiais e psicológicos para levar o projeto adiante, nos moldes como foi pensado. Justamente nesse ponto, a coluna é crítica em relação ao projeto, não quanto à sua intencionalidade, considerada admirável, mas quanto a seu embasamento, visto que a situação das Forças Armadas com um todo não parece ter sido observada. De fato, os militares enfrentam inúmeros problemas, entre eles, o orçamento insuficiente e geralmente contingenciado, a proximidade dos quartéis com as favelas, o recrutamento de membros do crime e, conseqüentemente a vulnerabilidade crescente das unidades militares. De acordo com a coluna, fatores como estes não foram devidamente observados no momento de tomada de decisão por parte do governo federal, gerando dessa forma, “idéias geniais”, que não resolvem efetivamente os problemas. (*O Globo – Opinião – 07/05/04*).

### **SITES DE REFERÊNCIA:**

Folha de S. Paulo – [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estado.com.br](http://www.estado.com.br)

O Globo – [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatorio@franca.unesp.br](mailto:observatorio@franca.unesp.br)

\*\*O Informe Brasil é um produto do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy, Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Leonardo



Ulían Dall'Evedove (graduandos em Relações Internacionais e bolsistas PIBIC-CNPq), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.